



A CAIXA PRETA, O MUNDO CODIFICADO E A IDOLATRIA DA IMAGEM NA ERA VIRTUAL

ADRIANO FRANÇA¹ E ANDRÉ BRAYNER²

RESUMO: Este artigo analisa as teorias de Vilém Flusser à luz da contemporaneidade digital, enfatizando os conceitos de *Caixa Preta*, *Mundo Codificado* e a *idolatria da imagem*. Argumenta-se que os aparelhos tecnológicos não são meras ferramentas, mas mediadores da realidade que condicionam comportamentos e reconfiguram experiências humanas, promovendo formas sofisticadas de alienação. A partir da leitura flusseriana, demonstra-se que a liberdade no mundo digital depende da capacidade crítica de compreender e de questionar os códigos que estruturam nossa vida tecnológica. O estudo evidencia a urgência de uma reflexão filosófica sobre o impacto das tecnologias na cultura, na percepção e na autonomia do sujeito contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Caixa preta; Mundo codificado, Idolatria da imagem, Tecnologias digitais, Filosofia da Tecnologia, Vilém Flusser.

ABSTRACT: This article analyzes Vilém Flusser's theories in light of contemporary digital life, emphasizing the concept of Black Box, Coded World, and the idolatry of the image. It argues that technological devices are not mere tools, but mediators of reality that condition behaviors and reconfigure human experiences, promoting sophisticated forms of alienation. Based on a flusserian reading, it demonstrates that freedom in the digital world depends on the critical capacity to understand and question the codes that structure our technological life. The study highlights the urgency of a philosophical reflection on the impact of technologies on culture, perception and the autonomy of the contemporary subject.

KEYWORDS: Black box; Coded world; Idolatry of the image; Digital technologies; Philosophy of technology; Vilém Flusser.

O advento das tecnologias digitais transformou radicalmente o cotidiano e a forma como nos relacionamos com o mundo, modificando não apenas os processos sociais, econômicos e culturais, mas também a maneira como a realidade é percebida e experienciada.

As interações humanas são agora mediadas por dispositivos tecnológicos que, ao mesmo tempo que nos conectam, introduzem camadas de codificação e interpretação digital.

¹ Doutorando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Caxias do Sul - (PPGFil-UCS). E-mail: afranca@ucs.br.

² Professor do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: abfaria1@ucs.br.

Nesse contexto, o papel das tecnologias digitais vai muito além de sua funcionalidade técnica; elas se tornaram mediadoras da nossa percepção da realidade, modulando tanto a construção das identidades quanto as formas de interação social. Tal fenômeno levanta questões filosóficas sobre os efeitos dessas tecnologias na reconfiguração da realidade e da experiência humana.

Vilém Flusser, em sua teoria da "Caixa Preta", nos alerta para a opacidade inerente às tecnologias, que, ao ocultarem seus processos internos, instauram um novo tipo de relação entre o sujeito e a máquina. Segundo Coli (2011), a metáfora da "Caixa Preta" proposta por Flusser não apenas descreve a opacidade dos dispositivos tecnológicos, mas também revela como essa característica alimenta a alienação do ser humano em relação às suas criações. A autora argumenta que, na pós-história, essa opacidade não é um acidente, mas parte de uma dinâmica programada que redefine as relações sociais e culturais. Não mais meramente ferramentas, as tecnologias digitais se tornaram mediadoras da realidade, codificando-a e reformulando-a.

O conceito de "Caixa Preta" refere-se à opacidade desses dispositivos que, ao esconderem seus mecanismos internos, redefinem a relação entre o usuário e a tecnologia. Este processo não apenas altera a funcionalidade das ferramentas, mas também transforma a própria forma como a realidade é experienciada e interpretada pelos indivíduos.

A teoria de Flusser nos oferece um conceito para pensar a digitalização do mundo, que ele chama de "mundo codificado". Nesse mundo, as imagens e informações que consumimos não são representações neutras, mas artefatos programados e manipulados por sistemas tecnológicos.

Esse afastamento do real, mediado por códigos e algoritmos, delinea o que Flusser compreende como "alienação pós-moderna" (FLUSSER, 2018), isto é, um fenômeno no qual o sujeito contemporâneo interage não com a realidade empírica, mas com representações codificadas que reduzem a experiência a padrões pré-estabelecidos, esvaziando o contato direto com o mundo e produzindo um distanciamento ontológico.

Além do conceito de "mundo codificado", Flusser desenvolve a noção de "pós-história", uma transição para uma era na qual os acontecimentos deixam de ser compreendidos em termos de causalidade histórica tradicional. Na "pós-história", os eventos são percebidos como fragmentos desconectados, mediados por imagens e dados digitais, que reconfiguram a compreensão humana do tempo e da narrativa.

Ao introduzir o conceito de "pós-história", Flusser nos convida a refletir sobre as implicações filosóficas de viver em uma sociedade onde a tecnologia transforma não apenas a forma como o tempo e o espaço são experienciados, mas também como a própria historicidade é

reconfigurada por um fluxo incessante de informações digitais. Essas ideias de Flusser, embora desenvolvidas em meados do século XX, revelam-se particularmente pertinentes ao pensarmos as dinâmicas contemporâneas da era digital.

Quando pensamos o quanto a sociedade evoluiu e como a comunicação foi fundamental nesse progresso exponencial, que ocorre de forma vertiginosa, nos damos conta de que nem sempre conseguimos absorver toda essa frenética mudança que há em nossas vidas. Criamos objetos para resolver impasses existenciais e materiais. Esses artefatos, uma vez obsoletos, se acumulam como resíduos, materiais ou simbólicos, constituindo aquilo que Flusser denomina de “dialética interna da cultura”: um processo contínuo de invenção e superação, no qual o ser humano, ao tentar domar o mundo objetivo, acaba sempre produzindo novos obstáculos que exigem novas mediações (FLUSSER, 2018). Tal dialética não apenas estrutura a cultura, mas evidencia sua essência trágica: toda libertação tecnológica contém, em germe, uma nova forma de servidão.

Todavia, o pensamento flusseriano vai muito além de sua percepção do mundo codificado e de seu posicionamento quanto ao que ele define por cultura. Flusser profetiza a chegada de um novo tempo, com o advento do aparelho fotográfico e da imagem, o que ele denomina como caixa preta. Sua crítica à idolatria da imagem, à forma como o aparelho tecnológico deixa de ser uma ferramenta que serve ao homem para se tornar uma ferramenta que o escraviza, bem como à constatação de uma nova sociedade informacional que prioriza a informação e não mais os objetos, onde não mais quem possui tem o poder, mas sim quem programa as informações e as distribui, vem ao encontro de uma realidade vivenciada pela humanidade à medida que esses aparelhos tecnológicos evoluíram, fazendo com que vivêssemos dependentes de suas funcionalidades, passando a idolatrar esses aparelhos e conseqüentemente a imagem produzida por eles.

O objetivo deste artigo é analisar criticamente as teorias de Vilém Flusser no contexto da contemporaneidade digital, com ênfase nos conceitos de Caixa Preta, Mundo Codificado e idolatria da imagem, investigando como os aparelhos tecnológicos funcionam como mediadores da realidade e condicionam comportamentos humanos. Busca-se, a partir dessa análise, evidenciar a necessidade de uma reflexão filosófica sobre a liberdade, a autonomia e a construção da experiência humana em um mundo cada vez mais mediado por códigos digitais, contribuindo para a compreensão das implicações culturais e éticas da era digital.

A atualidade da teoria de Flusser reside na sua capacidade de revelar como as tecnologias moldam a realidade, transformando a liberdade humana em uma relação de dependência com os dispositivos que nos conectam, mas também nos alienam.

1- A caixa preta

O conceito de "caixa preta", segundo Vilém Flusser, refere-se a aparelhos tecnológicos que operam por meio de programas internos, os quais codificam informações e condicionam as ações humanas. Em sua obra *Filosofia da Caixa Preta*, Flusser explora a fotografia como exemplo central para analisar a sociedade contemporânea. Ele argumenta que aparelhos, como câmeras fotográficas, não apenas registram o mundo, mas o reconstruem de maneira programada, promovendo uma nova forma de interação com a realidade.

Flusser descreve a "caixa preta" como um dispositivo cuja lógica interna é opaca para o usuário. Nesse sentido, Farias (2017) destaca que a "Caixa Preta" funciona como um paradigma da pós-história, em que os eventos deixam de ser compreendidos em termos de causalidade linear, tornando-se fragmentos desconectados mediados por dispositivos tecnológicos. A opacidade desses aparelhos simboliza a própria fragmentação da experiência humana na contemporaneidade. Embora as pessoas saibam como usar tais aparelhos, desconhecem os processos programados que moldam o resultado de suas interações. No caso da fotografia, as imagens técnicas são tratadas como mensagens que transcendem a mera representação da realidade; elas são "conceitos transcodificados" que dependem de decifração crítica para revelar os significados culturais e ideológicos subjacentes.

Esse conceito conecta-se a uma crítica mais ampla da sociedade contemporânea, caracterizada pelo predomínio de imagens técnicas e pela substituição do texto como principal forma de mediação cultural. Flusser aponta que a liberdade criativa está ameaçada quando indivíduos se conformam em ser meros operadores de aparelhos programados, em vez de desafiar seus limites e explorar suas potencialidades.

Podemos afirmar que, em termos gerais, a "caixa preta" simboliza a relação complexa entre seres humanos e tecnologia: enquanto fornece novas possibilidades, também pode aprisionar a criatividade e fomentar uma cultura superficial e mecanizada. A análise de Flusser nos convida a refletir criticamente sobre os impactos dessa relação na reconfiguração da nossa percepção e das dinâmicas sociais. A metáfora da "caixa preta", proposta por Vilém Flusser, é uma forma de descrever como as sociedades pós-históricas e os aparatos tecnológicos contemporâneos funcionam. Esse conceito se refere a sistemas ou dispositivos cujo

funcionamento interno é invisível ou incompreensível para o observador, que só consegue perceber o input (entrada) e o output (saída). No contexto das imagens técnicas, Flusser explica que essas imagens não apenas representam o mundo, mas o reprogramam, criando uma nova forma de relação entre os seres humanos e a realidade.

Desse modo, a "caixa preta" é o modelo que o filósofo encontrou para representar a impenetrabilidade dos processos tecnológicos: enquanto vemos os resultados, não compreendemos as etapas intermediárias que transformam uma informação inicial em uma imagem ou mensagem final. Isso reflete um modelo de sociedade onde os aparatos técnicos, como câmeras, computadores ou smartphones, programam comportamentos, moldando as ações humanas de maneira automatizada e previsível.

Flusser também argumenta que as imagens técnicas diferem das imagens tradicionais porque escondem seu caráter simbólico e são percebidas como objetivas e diretas. No entanto, essas imagens não mostram o mundo como ele é, mas representam conceitos e programas que nos são impostos. Assim, a sociedade pós-histórica, repleta de aparelhos e imagens técnicas, também funciona como uma grande "caixa preta", onde os mecanismos de programação social são complexos e dificilmente acessíveis à compreensão crítica.

Esse conceito nos desafia a refletir sobre a influência crescente das tecnologias digitais em nossas vidas e a necessidade de decodificar os sistemas que nos moldam para recuperar algum controle sobre nossas ações e escolhas. Pelas lentes de Flusser, percebemos que o ritmo acelerado das transformações tecnológicas que ocorrem ao longo dos anos gera um distanciamento crítico em relação ao impacto que elas exercem sobre nossas vidas, muitas vezes obscurecendo a capacidade de refletir sobre suas implicações mais profundas.

Diante desses avanços tecnológicos, há sempre um sentimento de incompletude, pois quando nos deparamos com uma *timeline* infinita, com uma avalanche de notícias e de informações saindo dessas caixas pretas, é inevitável a impressão de termos nosso pensamento soterrado e nossa capacidade de reflexão crítica enfraquecida ao constatarmos o quão dependentes nos tornamos destes aparelhos. Servimos às tecnologias digitais, que nos engolem e nos regurgitam como parte de um emaranhado amorfo, meio homem, meio máquina. Quanto mais consumimos seu conteúdo, mais nos tornamos agentes passivos, inseridos em sistemas digitais que processam nossa existência em termos de dados e algoritmos, sem que compreendamos plenamente o funcionamento dessas estruturas.

Mas se as tecnologias digitais nos fazem reféns, por que continuamos a criá-las e aperfeiçoá-las? Talvez porque seja um desejo inerente do ser humano o de se comunicar. E

comunicar é fazer cultura, pois quando informamos algo, o que ocorre é que damos forma a algum objeto, e, dessa maneira, estamos, numa percepção flusseriana, fazendo cultura. Flusser preconiza a reconfiguração dessa realidade, por meio de sua teoria, ao denominar de caixa preta o aparelho fotográfico, protótipo e forma rudimentar de uma série de outras caixas-pretas, televisão, computadores, smartphones, e de tecnoimagem o meio preferencial de comunicação que passa a vigorar nesse novo tempo que o pensador chama de pós-história.

Martins e Silva (2013) analisam como os dispositivos tecnológicos, ao operarem como caixas pretas, produzem narrativas visuais que aparentam neutralidade, mas que são altamente programadas. Segundo os autores, a linguagem das imagens técnicas esconde seus códigos, reforçando a percepção de que são representações objetivas da realidade. Esse pensamento vai ao encontro de Flusser, que constata:

As câmeras fotográficas são caixas pretas programadas para produzir imagens, e as pessoas que as utilizam não passam de operadores que seguem as regras previamente estabelecidas (Flusser, 2005, p. 27).

Em outros termos, o programa estreita o horizonte do possível e induz o operador a atualizar suas virtualidades, de modo que o ponto decisivo não é “saber usar” o dispositivo, mas saber lê-lo: identificar que escolhas já vêm embutidas no aparelho (o que ele facilita, o que dificulta, o que torna invisível) e explorar usos desviantes que exponham tais escolhas. Nesse sentido, a liberdade deixa de ser mera intenção e passa a ser método: uma competência de leitura e de contrauso que desnaturaliza o resultado técnico e recoloca o usuário como coautor do gesto.

Daí derivam dois eixos complementares. Primeiro, uma alfabetização técnica: compreender regras, parâmetros e inferências que orientam o funcionamento da caixa preta. Segundo, uma alfabetização simbólica: reconhecer como essas regras se convertem em formas e sentidos, isto é, como o dispositivo impõe uma gramática que tende a parecer “natural”. Sem o primeiro eixo, o usuário permanece operador do programa; sem o segundo, a imagem conserva a aura de evidência imediata que sustenta sua força idolátrica.

Essa passagem do nível operacional ao nível imagético prepara o deslocamento analítico do aparelho para o produto que ele gera. Aquilo que o dispositivo permite e bloqueia reaparece na tecnoimagem como “naturalidade” do visto. É precisamente essa naturalidade programada que a Imagem e o Aparelho Tecnológico abordam: a imagem técnica, embora pareça janela para o real, resulta de códigos e programas que ocultam sua própria gênese e, por isso, exigem decifração.

1.1 A Imagem e o Aparelho Tecnológico

Ontologicamente, como observa Flusser, as imagens tradicionais funcionam como mediações simbólicas do mundo; já as imagens técnicas não partem diretamente da experiência, mas de textos e programas que concebem imagens que, por sua vez, reinterpretam o mundo. Essa distinção revela a ruptura entre representação sensível e construção algorítmica. Flusser (2005) observa que as imagens técnicas parecem objetivas e não-simbólicas, como se fossem janelas diretas para a realidade. Essa aparência, contudo, é ilusória: tais imagens são mediadas por códigos e programas que ocultam sua artificialidade. O observador, ao confiar nelas como evidências, esquece-se de que está diante de construções simbólicas.

O conceito de idolatria³ em Flusser possui desdobramentos históricos fundamentais. Nas culturas pré-históricas, a idolatria das imagens tradicionais consistia em tomá-las não como representações, mas como o próprio mundo, uma forma mágica de relação com a realidade. Com o advento da escrita, surge a textolatria: o texto passa a ser idolatrado como portador da verdade histórica e causal. Já na pós-história⁴, com as tecnoimagens, a idolatria ressurgiu de maneira ainda mais intensa: as imagens técnicas não apenas são consumidas como janelas para o real, mas passam a substituir a própria realidade, instaurando um horizonte de alienação ainda mais sofisticado. Dessa forma, idolatria, textolatria e tecnoidolatria são momentos de um mesmo processo histórico-cultural.

Flusser é profético ao tratar tal situação como alienação do homem em relação a seus próprios instrumentos. Na sua percepção, o homem se esquece do motivo pelo qual imagens são produzidas: servem de instrumentos para orientá-lo no mundo. Imaginação torna-se alucinação e o homem passa a ser incapaz de decifrar imagens, de reconstituir as dimensões abstraídas. E, dessa forma, o homem, ao invés de se servir das imagens em função do mundo, passa a viver em função de imagens, cenas da imagem como significados do mundo, mas o próprio mundo vai sendo vivenciado como conjunto de cenas. Para o autor, tal inversão da função das imagens é idolatria.

Quando voltamos nosso olhar para a atualidade percebemos que essa alienação por meio, não só da imagem, mas de seus instrumentos tecnológicos vem acompanhando o homem,

³ Este conceito será desenvolvido com maior profundidade na seção 3 – “A idolatria da imagem na era virtual”, em que se analisará como a imagem, na cultura digital e nas redes sociais, assume um papel de validação da existência e de mediação das relações humanas, transformando-se em objeto de culto e medida de valor social.

⁴ Para Flusser, a *pós-história* designa o período em que os textos — base da cultura histórica — são substituídos por imagens técnicas, programadas por aparelhos. Nesse estágio, o homem deixa de narrar o mundo para *programá-lo e ser programado por ele*, vivendo numa realidade mediada por dispositivos tecnológicos (FLUSSER, 2005).

que deixa de ter autonomia para tornar-se escravo de suas próprias invenções. Como o smartphone, por exemplo, deixa de ser uma ferramenta e passa a ser uma extensão do homem, acumulando em si diversas funções e finalidades. Sem ele nós nos sentimos perdidos e emburrecidos⁵. O aparelho virou tutor, entregamos a ele nossa autonomia e inteligência. Então, onde está o gesto da burrice? Sem os aparelhos precisamos recuperar autonomia e inteligência, a burrice é quando persistimos no uso dos aparelhos. Não nos preocupamos em saber como funciona, mas se funciona. A caixa preta está além da nossa habilidade de desvendar, nos conformamos em usufruir de seus benefícios contanto que não questionemos como ela funciona. O preço para ter essas “facilidades” em nossas vidas é a completa e total alienação e ignorância. E gradativamente vamos perdendo nossa autonomia.

Dentro do smartphone cabe uma vida inteira, nossas memórias, contatos, localização de onde queremos ir, aplicativos de bancos, endereços e tantas outras funcionalidades que inicialmente parecem ser tão atrativas e funcionais, mas que ao longo do tempo percebemos que vão nos escravizando. O que vemos acontecer com os aparelhos celulares, o filósofo já havia alertado que aconteceria a partir do aparelho fotográfico.

Citando Flusser:

O aparelho fotográfico pode servir de modelo para todos os aparelhos característicos da atualidade e do futuro imediato. Pode-se perfeitamente supor que todos os traços aparelhísticos já estão prefigurados no aparelho fotográfico, aparentemente tão inócuo e “primitivo”. Trata-se de objetos produzidos, isto é, objetos trazidos da natureza para o homem. Instrumentos têm a intenção de arrancar objetos da natureza para aproximá-los do homem.(FLUSSER, 2005, p.13)

Na concepção flusseriana, o aparelho difere do instrumento, pois os instrumentos são prolongamentos de órgãos do corpo: dentes, dedos, braços e mãos prolongados. Aparelhos informam, simulam órgãos, recorrem a teorias, são manipulados por homens e servem a interesses ocultos. Instrumentos trabalham. Arrancam objetos da natureza e os informam. Aparelhos não trabalham. Sua intenção não é a de modificar o mundo. Visam modificar a vida dos homens. E, se analisarmos com mais afinco, perceberemos que os aparelhos tecnológicos ao longo do tempo vêm modificando a vida das pessoas. A sociedade de um modo geral vai se desenhando e se transformando por meio desses aparelhos tecnológicos que, com uma promessa

⁵ À luz da filosofia kantiana, a burrice não reside na ausência de conhecimento técnico, mas na recusa da autonomia. Kant define a maioridade como a capacidade de pensar por si mesmo; assim, ao delegarmos aos aparelhos tecnológicos nossas decisões, memória e julgamento, abdicamos da liberdade crítica e nos sujeitamos à heteronomia do código. A burrice, portanto, manifesta-se não na ignorância, mas na disposição voluntária de permanecer tutelado pelo dispositivo.

de revolucionar e facilitar a vida das pessoas, ocupam um espaço de protagonismo dentro do dia a dia do ser humano.

Para Flusser, são os aparelhos tecnológicos que modificam o homem e, portanto, a sociedade. De fato, poder-se-ia dizer que inicialmente o ser humano ainda possuía um certo “controle” sobre a caixa preta e a utilizava de acordo com suas necessidades, todavia, não dá para não perceber o quanto a perda desse controle é visível na sociedade atual. O emaranhado de fios, aparelhos e tecnologias que nos servem de suporte constantemente é um grave sinal de nossa dependência tecnológica.

Como bem pondera Flusser, ao comprar um aparelho fotográfico, não pago pelo plástico e aço, mas pelas virtualidades de realizar fotografias. O mesmo serve para um Smartphone. Em suma: aparelhos são caixas pretas que simulam o pensamento humano, graças a teorias científicas, as quais, como o pensamento humano, permutam símbolos contidos em sua “memória”, em seu programa. São caixas pretas que brincam de pensar. No entanto, no aparelho fotográfico e no fotógrafo já estão, como germes, contidas todas as virtualidades do mundo pós-industrial. (FLUSSER, 2005).

2- O mundo codificado

Informar é, como explica o filósofo Vilém Flusser, dar forma às coisas. Tudo o que criamos e utilizamos para nossa sobrevivência é, em última instância, um tipo de comunicação. Contudo, aquilo que deixa de servir ao uso torna-se resíduo, lixo acumulado ao longo do caminho. Para Flusser (1983), a cultura pode ser compreendida como o conjunto de objetos que inventamos para nos comunicar. Somos, portanto, seres culturais à medida que somos comunicativos. Ao criarmos qualquer espécie de objeto, produzimos cultura, pois os objetos de uso funcionam como mediações (media) entre nós e os outros. Um objeto é, por definição, algo que está “no meio”, lançado no caminho. O mundo, na medida em que estorva, é objetivo, objetual, problemático. Conforme o autor afirma:

Um objeto de uso é um objeto de que se necessita e que se utiliza para afastar outros objetos do caminho (...) Os objetos de uso imateriais são ídolos (e, por isso, adorados), mas são ídolos transparentes, e, portanto, permitem que os outros homens que estão por trás deles sejam percebidos. Sua face mediática, intersubjetiva, dialógica, é visível (FLUSSER, 1983, p. 194-196).

Nessa perspectiva, a cultura pode ser entendida como a totalidade dos objetos de uso criados pelos seres humanos para mediar sua relação com o mundo e com os outros. Flusser

(1983, p. 25) define Cultura como “o conjunto dos objetos que nos libertam dos objetos naturais, mas que acabam por se interpor entre nós e eles”. Essa formulação revela a ambiguidade constitutiva da cultura: ela é, ao mesmo tempo, libertação e obstáculo. Criamos objetos, ferramentas, linguagens, imagens e códigos para superar as limitações impostas pelo mundo natural; contudo, esses mesmos objetos acabam por “estorvar” nossa percepção direta da realidade. Cada invenção cultural resolve um impasse, mas gera outro, instaurando uma dialética contínua de libertação e aprisionamento, uma dinâmica trágica que estrutura o próprio movimento da cultura.

Essa compreensão desloca a noção tradicional de cultura de um campo elitizado, vinculado às belas-artes, para uma condição existencial e técnica da humanidade. Toda criação cultural é um gesto comunicativo que reconfigura o mundo, produzindo camadas de sentido e afastando-nos progressivamente do imediato. O mundo cultural é, assim, um mundo codificado: uma teia de signos, imagens e aparelhos que não apenas representam a realidade, mas a constituem. Compreender a cultura como totalidade dos objetos de uso é o primeiro passo para entender a lógica do mundo contemporâneo. À medida que a produção cultural se desloca do plano material para o plano informacional, o mundo torna-se um sistema de códigos. Os objetos deixam de ser apenas utensílios físicos e passam a ser símbolos, imagens técnicas e informações.

Na sociedade digital contemporânea, essa dialética assume a forma da efemeridade programada. Os objetos técnicos são concebidos para o descarte, e a cultura torna-se volátil e descartável, marcada pelo acúmulo de resíduos materiais e simbólicos. O capitalismo informacional impõe uma obsolescência acelerada, gerando não apenas lixo físico, mas também vínculos frágeis e relações efêmeras. Flusser vislumbrou, contudo, que essa efemeridade poderia abrir espaço para uma reaproximação entre os sujeitos: à medida que os objetos perdessem sua opacidade e se tornassem mediadores transparentes, poderiam favorecer o surgimento da responsabilidade pelo outro como horizonte ético.

Flusser sugere uma aposta simples e esperançosa: mesmo num cenário de objetos descartáveis e relações rápidas, se as mediações (dispositivos, imagens, plataformas) forem mais transparentes, isto é, se deixarem claro o que mostram, o que escondem e como operam, elas podem aproximar as pessoas em vez de separá-las. Transparência, aqui, não é apenas “abrir o código”, mas permitir que o outro apareça através do meio, com sua voz e seu contexto. Disso nasce uma responsabilidade básica: responder pelo outro e diante do outro, ouvir, justificar, corrigir, compartilhar. Em termos práticos, trata-se de desenhar e usar tecnologias que

explicitem seus critérios, ofereçam espaço para resposta e correção e favoreçam a coautoria, não o consumo passivo. Há nessa hipótese uma esperança realista: não eliminar a efemeridade, mas reorientá-la para encontros mais responsáveis. É um horizonte possível que pode guiar escolhas concretas no presente.

Entretanto, a experiência histórica recente revela que tal hipótese não se confirmou plenamente. A sociedade programada por aparelhos digitais, em vez de promover vínculos solidários, tende a reproduzir relações instrumentais e descartáveis, coerentes com a lógica dos próprios objetos que a sustentam. Redes sociais, consumo acelerado e práticas culturais baseadas na visibilidade instantânea reforçam a dinâmica da substituição e do esquecimento. Ainda assim, permanece o horizonte ético flusseriano: compreender a efemeridade programada não apenas como sinal de alienação, mas como possibilidade de reconduzir o humano ao centro das relações, rompendo com a idolatria técnica e restituindo a responsabilidade compartilhada.

Flusser antecipou esse fenômeno ao discutir o conceito de caixa preta, destacando o poder da imagem e dos aparelhos na vida contemporânea. As tecnologias ganharam proporções gigantescas, tornando o ser humano dependente e acrítico diante de seus próprios artefatos. Desvendar o que há na caixa preta tornou-se tarefa cada vez mais difícil: acostumamo-nos a utilizar os aparelhos sem refletir sobre como são projetados nem sobre o impacto que exercem sobre nossas vidas. A imagem que emana desses dispositivos adquire um poder quase religioso, instaurando novas formas de idolatria. Como o próprio Flusser observou, os objetos técnicos, outrora ídolos transparentes, tornaram-se, na contemporaneidade, novos deuses opacos. O celular, a mais cotidiana das caixas pretas, sintetiza essa idolatria moderna: usamos sem compreender, veneramos sem questionar. Nesse culto às imagens e aos aparelhos, o mundo codificado revela sua face paradoxal, a de um sistema que promete comunicação, mas frequentemente produz alienação.

3- A idolatria da imagem na era virtual

A filosofia de Flusser alerta para um futuro onde a imagem desempenharia um papel fundamental na construção da vida social do ser humano. Com a chegada da era digital, o poder da imagem sobre o homem cresceu exponencialmente. É nesse universo do ciberespaço e da cibercultura⁶ que ela ganha ainda mais força. Com o advento da internet, as mídias digitais

⁶ O *ciberespaço*, segundo Pierre Lévy (2010, p.92), designa o “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias informáticas”, um novo meio de comunicação que possibilita a troca e o compartilhamento de informações em escala planetária. A *cibercultura*, por sua vez, refere-se ao “conjunto de técnicas, práticas, atitudes, modos de pensamento e valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”, configurando uma nova forma de vida social e cultural mediada pelas tecnologias digitais.

tomaram uma proporção que envolveu a sociedade de tal forma que tornou-se impensável viver sem elas. Coli (2011) afirma que, na sociedade pós-histórica, as imagens técnicas não apenas representam a realidade, mas também a reorganizam. A idolatria da imagem emerge justamente dessa transformação, onde o real é substituído por suas representações programadas.

Emaranhado em meio a tantas conexões e interligado por uma rede que conecta pessoas de todos os lugares do mundo, o ciberespaço permitiu que o ser humano pudesse alterar algo que anteriormente não era tão fácil: a percepção da imagem das pessoas sobre si mesma e sobre os outros, criando um universo paralelo ao analógico, onde se produziria também cultura, ou anteriormente, cibercultura. Quando as mídias sociais, por meio das imagens propagadas nelas, começam a exercer um papel determinante na vida do ser humano, tendo o poder de alavancar ou de exilar o seu usuário, pode-se perceber claramente o quanto Flusser foi assertivo ao prever que o homem passaria a viver em função de imagens, onde cenas de imagem seriam como que os significados do mundo. Ao invés de se servir das imagens, ele passa a idolatrá-las.

Isso torna-se visível ao constatarmos o quanto o poder da imagem é validador no âmbito social: fotos de viagens, de comidas, de um dia de sol ou de uma caminhada no parque não servem mais como registro de uma memória afetiva para ser recordada futuramente, mas como uma validação do que e de quem eu sou. Nesse contexto, Farias (2017) alerta que a substituição do texto pelas imagens técnicas redefine as interações sociais, condicionando os indivíduos a se relacionarem com o mundo por meio de representações mediadas. Esse mundo virtual, que ocorre simultaneamente com o mundo analógico em que estamos inseridos, afeta de diversas formas a percepção de como entendemos a sociedade. Para além das telas, onde nos esforçamos para transparecer uma projeção do que realmente gostaríamos de ser, existe uma sociedade, cujos cidadãos adoecem física e mentalmente.

Por trás das camadas de filtros, de imagens trabalhadas, de artifícios tecnológicos existentes, que são utilizados para tratar a imagem e deixá-la mais palatável e consumível ao gosto dos seus seguidores, o ser humano se mutila para caber dentro de uma vida perfeita, que no fundo sabemos ser impossível alcançar. O que podemos notar neste contexto é que diante de uma sociedade da informação, a imagem que criamos sobre nós mesmos tem um valor que transcende o simples uso dela nas redes sociais. Ela é a confirmação de que realmente fizemos algo importante ou somos alguém. Aí reside a idolatria da imagem, o poder que atribuímos a ela consiste em que, na atualidade, não mais fazemos as coisas sem antes validá-las por meio de imagens. Tal realidade vai ao encontro do que afirma Flusser:

A fotografia enquanto objeto tem valor desprezível. Não tem muito sentido querer possuí-la. Seu valor está na informação que transmite. Pós Indústria é precisamente isso: desejar informação e não mais objetos. Não mais possuir e distribuir propriedades (capitalismo ou socialismo). Trata-se de dispor de informações (sociedade informática). A distribuição da fotografia ilustra, pois, a decadência do conceito de propriedade. Não mais quem possui tem o poder, mas sim quem programa informações e as distribui. (FLUSSER, 2005, p.27).

A sociedade informacional e seus aparelhos tecnológicos, trouxe em seus meandros uma série de benefícios para o ser humano. Todavia, não podemos fechar os olhos para as mazelas desencadeadas pelo uso desenfreado e principalmente sem uma reflexão crítica sobre tais aparelhos. A urgência da reflexão que propomos aqui é perceber, pelas lentes flusserianas, o quanto a idolatria da imagem e dos aparelhos tecnológicos, nesse caso específico o celular, tornou-se um processo natural na vida cotidiana das pessoas, como se não houvesse um caminho dialógico diferente de se fazer cultura. A imagem como a concebemos hoje deixou de exercer sua função de ser vínculo afetivo do passado com o presente, ou mesmo de informar algo. Demos a ela outra função, a de validar nossas ações. Por meio da lente do aparelho (celular), ela exerce um poder definitivo de autenticar quem somos e o papel que desempenhamos dentro da sociedade.

Tal afirmação pode parecer de certo modo exagerada ou apocalíptica, todavia há que se entender que não estamos mais aqui falando de uma simples fotografia ou imagem que antes ficava guardada num álbum, mas de um conceito de mundo que trás em seu íntimo o gene de toda uma cultura informacional. Pensar no poder que a imagem exerce sobre o homem e refletir sobre o conceito da caixa preta, esse aparelho tecnológico que tomou proporções preocupantes na vida do ser humano, é fundamental. Se faz mister uma reflexão crítica e a filosofia de Vilém Flusser parece ser a porta de entrada para isso. Como bem ponderou:

Liberdade é jogar contra o aparelho. E isto é possível. Em outros termos: a filosofia da fotografia é necessária porque é reflexão sobre as possibilidades de se viver livremente num mundo programado por aparelhos. Assim vejo a tarefa da filosofia da fotografia: apontar o caminho da liberdade. (Flusser, 2018, p. 41).

Considerações finais

O presente artigo demonstrou que a filosofia de Vilém Flusser permanece extraordinariamente pertinente para compreender a contemporaneidade digital, oferecendo ferramentas conceituais que permitem analisar criticamente a relação entre tecnologia, cultura

e liberdade humana. A reflexão sobre a Caixa Preta, o Mundo Codificado e a idolatria da imagem evidencia que a tecnologia, longe de ser neutra, molda comportamentos, reorganiza experiências e redefine as relações sociais, impondo padrões muitas vezes imperceptíveis aos usuários. Flusser alerta que, ao nos tornarmos operadores passivos de aparelhos tecnológicos, corremos o risco de substituir a liberdade humana pela alienação programada, em que decisões e significados são pré-determinados pelos códigos internos das máquinas.

Ao discutir a pós-história e a ascensão das tecnoimagens, o artigo mostrou que a sociedade contemporânea vive um paradoxo: enquanto a promessa de comunicação ampliada e liberdade individual se expande, a opacidade dos dispositivos e a centralidade da imagem criam novas formas de dependência e controle social. Redes sociais, algoritmos de recomendação e sistemas de inteligência artificial exemplificam como a tecnologia pode mediar interações e condicionar percepções, reforçando padrões comportamentais e estruturando a experiência cotidiana de maneira invisível. Nesse contexto, a filosofia não se limita a descrever fenômenos, mas fornece instrumentos críticos capazes de desvendar a lógica interna das caixas pretas e recuperar a agência do sujeito.

A reflexão flusseriana sugere que a emancipação tecnológica não se dá pela rejeição das ferramentas digitais, mas pela apropriação crítica de seu funcionamento e efeitos. Entender o “jogo da caixa preta” significa desvelar os códigos e procedimentos que estruturam nossas experiências, reconhecendo o poder da tecnologia sobre a percepção e a ação humanas. Nesse sentido, estudar Flusser permite abrir caminhos para uma análise profunda sobre como a sociedade contemporânea se configura diante da expansão das tecnologias digitais, iluminando as tensões entre liberdade, alienação e mediação tecnológica.

A teoria da Caixa Preta é central para essa reflexão: ao ocultar seus processos internos, os aparelhos tecnológicos moldam comportamentos, limitam a capacidade crítica e direcionam decisões de forma programada. O Mundo Codificado, por sua vez, evidencia que não apenas as máquinas, mas também os códigos simbólicos que permeiam a vida digital, estruturam a experiência social e cultural, transformando ações aparentemente livres em movimentos mediados por algoritmos e normas invisíveis. Já a idolatria da imagem revela como a sociedade contemporânea se orienta pela superficialidade da representação visual, substituindo, muitas vezes, o conteúdo pelo espetáculo, e condicionando percepções, valores e relações humanas.

Ao mesmo tempo, Flusser propõe um caminho de emancipação: a liberdade reside na capacidade de compreender, questionar e interagir conscientemente com essas estruturas. Assim, somos chamados a repensar a relação com a tecnologia, transformando-a em

instrumento de liberdade e não em vetor de alienação. Criticar a idolatria da imagem não significa rejeitá-la, mas utilizá-la de forma consciente, reconhecendo seu potencial de mediação e representação sem se submeter passivamente aos seus efeitos.

Além disso, a filosofia da tecnologia deve assumir um caráter ético e crítico, orientando a construção de uma cultura informacional responsável, na qual a tecnologia sirva ao ser humano e não o inverso. Em contextos contemporâneos, com a propagação da desinformação, a vigilância digital e a manipulação algorítmica de comportamentos, o pensamento flusseriano mostra-se urgente ao propor uma reflexão que transcende o mero uso instrumental das tecnologias, exigindo consciência crítica, análise ética e ação deliberada.

Finalmente, entender o jogo da Caixa Preta é, como bem alerta Flusser, jogar contra o aparelho: aprender a desvendá-lo é recuperar a agência e o sentido da ação humana em meio à complexidade do mundo codificado. A filosofia, nesse sentido, cumpre sua função mais essencial: iluminar os processos de alienação e indicar caminhos de liberdade. À guisa de conclusão, podemos destacar que a proposta de Vilém Flusser configura uma “filosofia urgente”, por ser talvez a única revolução ainda possível na era digital, na qual compreender, questionar e agir de forma consciente diante das tecnologias não é apenas um exercício intelectual, mas uma condição necessária para a preservação da autonomia e da dignidade humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COLI, Anna Luiza Andrade. A "Caixa Preta" como metáfora para o funcionamento das sociedades pós-históricas segundo Vilém Flusser. *Kínesis*, Marília, v. III, n. 05, p. 366-375, jul. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1984-8900.2011.v3n05.4411>. Acesso em: 12 nov. 2024.

FARIAS, André Brayner. Ciência e cultura na pós-história de Vilém Flusser. *Synesis*, Petrópolis, v. 9, n. 1, p. 17-33, jan./jul. 2017. Disponível em: <https://seer.ucp.br/seer/index.php/synesis/article/view/1377/630>. Acesso em: 19 nov. 2024.

FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma filosofia da fotografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1983.

FLUSSER, Vilém. *O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. São Paulo: Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

FLUSSER, Vilém. *Pós-história: vinte instantâneos e um modo de usar*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2011.

IDEAÇÃO. Dossiê Vilém Flusser – Filosofia e ficção. *Revista Ideação*, N. 49, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/revistaideacao/issue/view/415>. Acesso em: 19 nov. 2024.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* São Paulo: Editora 34, 1996.

MARTINS, Paula Mousinho; SILVA, Teófilo Augusto da. Decifrando a linguagem da caixa-preta: Vilém Flusser e a Análise do Discurso. *Discursos Fotográficos*, Londrina, v. 9, n. 15, p. 171-188, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1984-7939.2013v9n15p171>. Acesso em: 18 nov. 2024.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: o que é o Esclarecimento? In: KANT, Immanuel. *Textos filosóficos escolhidos*. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Martin Claret, 2004.